



Comunicado de Imprensa nº 12/183
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
Maio 17, 2012

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431 EUA

Declaração da Missão do FMI em Angola a Respeito das Consultas de 2012 ao abrigo do Artigo IV e a primeira Avaliação Pós-Programa

Uma equipa do Fundo Monetário Internacional (FMI), chefiada pelo Sr. Mauro Mecagni, visitou Luanda entre os dias 2 e 17 de maio de 2012 para conduzir as consultas ao abrigo do Artigo IV e a primeira Avaliação Pós-Programa do FMI. Durante a sua estada, a missão reuniu-se com o Ministro de Estado para a Coordenação Económica, Sr. Manuel Domingos Vicente e outros altos funcionários do governo e representantes da comunidade bancária, empresarial, diplomática e académica¹. A missão também teve a oportunidade de visitar as províncias de Kwanza Norte e Malange; a Ministra do Planeamento, Sra. Ana Dias Lourenço.

Ao término da missão, o Sr. Mecagni fez a seguinte declaração:

"O programa de estabilização económica das autoridades Angolanas apoiado pelo Acordo Stand-By do FMI de 2009-2012 atingiu os seus objectivos principais. Três anos após a repentina queda dos preços mundiais do petróleo, o que afectou severamente a economia angolana, o país conseguiu alcançar: uma posição fiscal melhorada, um nível mais confortável de reservas internacionais, uma taxa de câmbio estável e uma taxa de inflação mais reduzida. Além disso, os atrasos de pagamento internos foram regularizados. Registou-se também uma melhoria significativa na transparência fiscal e na prestação de contas.

¹ o Ministro de Finanças, Sr. Carlos Alberto Lopes; o Ministro da Economia, Sr. Abrahão Pio dos Santos Gourgel; a Ministra do Comércio, Sra. Maria Idalina de Oliveira Valente; o Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Sr. Afonso Pedro Canga; o Ministro da Educação, Sr. Pinda Simão; o Ministro de Administração Territorial, Sr. Bornito de Sousa; o Ministro de Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Sr. António Pitra Neto; o Ministro do Urbanismo e Construção, Sr. Fernando Alberto de Lemos Soares da Fonseca; o Governador do Banco Central, Sr. José de Lima Massano; o presidente da Sonangol, Sr. Francisco de Lemos José Maria

O desempenho macroeconómico em 2011 foi afectado por dificuldades na produção de petróleo. Porém, a forte expansão no sector não petrolífero compensou o declínio no sector petrolífero, resultando numa taxa global de crescimento real de cerca de 4 por cento. A inflação continuou a recuar gradualmente, até cerca de 11 por cento no final do ano. O superávit fiscal aumentou para aproximadamente 10 por cento do PIB, auxiliado parcialmente pelos elevados preços petrolíferos. As reservas internacionais lograram ultrapassar 27 bilhões de USD até aos finais do ano, correspondendo a 6 meses de importações em 2012.

Prevê-se uma aceleração das actividades económicas em 2012, à medida que a produção petrolífera se recuperar. Prevê-se também que o crescimento económico atinja 8 por cento. A actividade económica em diversos sectores está a ser beneficiada pela intensificação e aceleração dos programas de investimento público, e pela regularização dos atrasados governamentais de exercícios anteriores. No entanto, o crescimento da produção agrícola está a ser prejudicado pela estiagem persistente. No domínio de políticas, as autoridades estão a trabalhar no sentido de (i) reforçar o ambiente institucional para as políticas fiscais, e incluir no orçamento as operações quasi-fiscais anteriormente realizadas pela empresa estatal do petróleo; (ii) justificar adequadamente o considerável saldo residual nas contas orçamentais de 2007-2010; e (iii) modernizar o quadro de política monetária e de estabilidade do sector financeiro.

As perspectivas económicas para os anos vindouros permanecem positivas em função das actuais projecções relativas aos preços petrolíferos e da forte dinâmica das reformas previstas nos planos de médio prazo das autoridades. Os formuladores de políticas em Angola estão adequadamente focados nas seguintes três áreas fundamentais:

- A economia de Angola está sujeita a incertezas que decorrem dos preços do petróleo, da produção petrolífera e de uma conjuntura institucional ainda em evolução. Estas fontes de volatilidade afectam a execução do orçamento, e podem amplificar os efeitos negativos de repetidos arranques e suspensões dos projectos de investimento público na economia. Para resolver este problema, as autoridades estão a reforçar os mecanismos fiscais de modo a manter os ganhos dificilmente logrados na estabilidade macroeconómica e apoiar a implementação dos seus planos de desenvolvimento ambiciosos.
- A nova lei cambial para as empresas petrolíferas requererá que uma grande parte das transações financeiras das empresas petrolíferas, anteriormente efectuada offshore, passe pelos bancos domésticos. Prevê-se que esta medida aumente as possibilidades de intermediação financeira doméstica e sirva para promover maior concorrência e inovação financeira. Porém, esta medida pode também resultar numa rápida expansão nos balanços dos bancos. Para que o processo de aprofundamento financeiro seja sustentável, seria aconselhável reforçar significativamente a supervisão prudencial, mesmo antes da implementação paulatina da lei.

- Com base nos esforços já existentes, as políticas económicas devem continuar a facultar a transformação estrutural e diversificação da economia. Para desencadear o enorme potencial económico de Angola e impulsionar um crescimento inclusivo, as autoridades são incentivadas a prosseguir políticas que facultem: (i) melhorias no capital humano e físico, ao continuar a reequilibrar o orçamento para programas sociais e investimento em infraestrutura; (ii) um decréscimo continuado da inflação; e (iii) uma melhoria decisiva no ambiente empresarial bem como custos reduzidos de produção e distribuição, de modo a permitir uma maior contribuição por parte do sector privado no desenvolvimento económico.

Ao longo dos próximos anos, as autoridades terão de abordar estas questões num contexto global, que apesar de demonstrar melhorias, proporciona ainda elevados riscos de recaída. Múltiplas economias avançadas registam um crescimento menor devido à consolidação fiscal e à desalavancagem bancária. Tais desenvolvimentos poderão indirectamente vir a afectar Angola, por via de uma menor demanda pelas suas exportações, e uma maior aversão ao risco por parte dos investidores. Neste contexto, as autoridades Angolanas reconhecem a necessidade de equilibrar uma ampliação prudente e criteriosa dos investimentos públicos e uma acumulação aconselhável de mecanismos de protecção fiscais e das reservas.

A equipa do FMI gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer às autoridades Angolanas pela excelente cooperação com a qual foi brindada no decurso da missão.”